



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM

RBEh 1965

n^{as} 2 e 3 abril a junho

Lei 4.345/64 - institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos vivos do Poder Executivo.

Decretos relacionados com a referida lei:

- a) 54.005 de 3/7/64 D.O. 6/7/64 - estabelece nova situação para as funções gratificadas.
- b) 54.059 de 27/7/64 D.O. 28/7/64 - dispõe sobre o regime de trabalho dos ocupantes de cargo em comissão e de funções gratificadas; estabelece o horário de 35hs semanais, podendo ser aumentado para 40hs e determina que a ocupação de cargos em comissão e com função gratificada não impede o exercício de outro cargo público.
- c) 54.015 de 13/7/64 D.O. 14/7/64 - estabelece os níveis 19 e 20 para enfermeiros, sobre tais níveis a ABEh não se conformou, pois se referem a cursos de 3 anos quando o de enfermagem, em 36 meses letivos tem sido de 4 anos.

Este decreto foi substituído pelo Dc. 57.180 de 08/11/65.

- d) 54.061 de 28/7/64 D.O. 30/7/64 - regulamente o regime de tempo integral que pode ser aplicado, entre outros, ao cargo de enfermeiro, com 50% de gratificação sobre o valor do vencimento do cargo efetivo.

PR n^o 29.064/64 - enquadra o enfermeiro nos níveis 20, 21 e 22.

RBEh n^o 5 - dezembro de 1965

Parecer n^o 7/63 do C.F.R. pg 525

Portaria Ministerial 159 de 14/6/65 pg 526

Lei 4.881 de 6/12/65 - dispõe sobre o estatuto do magistério pg 134 n^o 2 e 3.

Dec. n^o 57.661 de 24/01/66 - dispõe sobre a designação de Diretores RBEh n^o 5 e 6.

Portaria 106/65 - Currículo mínimo do curso de Auxiliar de Enfermagem pg 699 RBEh 5 e 6 - 1966.

Dec. 58.653 de 16/6/66 - Institui no MEE o Conselho do Livro Técnico e Didático pg 700 RBEh 5 e 6 - 1966

Parecer 303 - Fixa o currículo do Curso de Obstetrícia pg 70 RBEh 5 e 6.



- Dec. 57.429/65 - Revigora o Dec. 1.262/62 pg 56 RBE n^o 1 - 1966.
- Dec-lei 299/67 - Reorganiza o grupo ocupacional da lei 3.780/60 pg 56 RBE n^o 1 - 1966.
- Dec-lei n^o 53/63 - Fixa principios e normas de organização para as universidades federais RBE n^o 1 - 1966.
- Lei 5.276/67 - Dispõe sobre a profissão de nutricionista e regula seu exercício pg 188 RBE n^o 2 e 3 - 1967.
- Portaria n^o 6/63 de 22/4/63 do C.F.E. - Estabelece normas para a indicação de regentes para substituição de professores pg 190 RBE n^o 1967.
- Dec-lei 206/67 de 27/2/67 - Dispõe sobre a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto pg 191 RBE n^o 1967.
- Portaria n^o 4/63 de 4/4/63 - Estabelece normas para a autorização de Escolas superiores pg 192 RBE n^o 1967.
- Ementário das leis, decretos e outros atos legislativos sobre Enfermagem e Obstetrícia no Brasil, de 1951 a 1967 pg 449 a 464 RBE n^o 5 e 6 - 1967.
- Lei 4.881/65 - Estatuto do Magistério superior pg 103 RBE n^o 1968 n^o 1, 2 e 3.
- Dec-lei n^o 252/67 - Estabelece normas complementares ao Dec.-lei 53/63 - RBE n^o 1968 n^o 1, 2 e 3.
- Dec. 62.241/68 - Reestrutura a Universidade Federal da Bahia pg 121 - 1968 n^o 1, 2 e 3.
- Parecer 18/65 - Dispensa do Concurso de habilitação e de matérias já cursadas no Ensino superior pg 126 RBE n^o 1968 n^o 1, 2 e 3.
- Principios normativos para autorização de Escolas Superiores - Indicação pg 128 RBE n^o 1, 2 e 3.
- Lei 5.539 - Modifica dispositivo da lei 4.881/65, que dispõe sobre o estatuto do Magistério Superior e dá outras providências pg 39 RBE n^o 1, 2 e 3 - 1969.
- Lei 5.540/68 - Fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a Escola Média e dá outras providências pg 43 RBE n^o 1, 2 e 3 - 1969.
- Decreto-lei n^o 150 de 9/2/69 - Dispensa o registro no Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia, dos diplomas expedidos por Escolas ou Faculdades de Medicina e Farmácia pg 59 n^o 1, 2 e 3 - 1969.



Decreto 464/69 - Estabelece normas complementares à Lei 5.540/49 e dá outras providências pg 54 RBEh nº 1,2 e 3 - 1969.

Decreto nº 64.061/69 - Dispõe, em caráter provisório, sobre a organização do Ministério da Saúde e dá outras providências - pg. 59 RBEh nº 1,2 e 3 - 1969.

Portaria 13/69 do MEC - Licenciatura em Enfermagem - RBEh nº 1,2 e 3 - 1967.

Parecer 217/68 - Matrícula de Enfermeiras Obstétricas formadas antes de 1952, nas Escolas de Enfermagem - pg 108 RBEh nº 1 e 2-1970.

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS

- 1) Lei 4.024 de 20/12/61 - Fixa as diretrizes e bases da educação Nacional.
- 2) Decreto 20.139 de 15/6/1931 - Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das Escolas de Enfermagem e instruções relativas ao processo de exame para revalidação de diplomas.
- 3) Lei 775 de 6/8/1949 - Dispõe sobre o ensino da Enfermagem no Brasil.
- 4) Lei 2.995 de 10/12/56 - Prorroga o prazo que restringe as exigências para instruir matrículas nos cursos de enfermagem, nos termos do parágrafo único do artigo 5º da Lei 775 de 6/8/49.
- 5) Parecer 271/62 de 19/10/62 do Conselho Federal de Educação - fixa o currículo mínimo e a duração do curso de enfermagem, enfermagem em Saúde Pública e Enfermagem Obstétrica.
- 6) Parecer 303 de 6/10/63 do Conselho Federal de Educação - fixa o currículo mínimo e a duração do curso de obstetrícia modificando a Resolução decorrente do Parecer 271/62.
- 7) Lei 2.604 de 17/9/55 - Regula o exercício da Enfermagem profissional.
- 8) Decreto 50.387 de 28/3/61 - Regulamente o exercício da Enfermagem e suas funções auxiliares.
- 9) Portaria de 31/9/61 - instruções para o cumprimento do decreto-lei 8.778 de 22/1/46 - Revigorado pela lei 3.640 de 10/10/59 sobre exames de habilitação de prático de enfermagem e parteira prática.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM

3.

- 10) Decreto 2.956 de 10/8/38 - institui o dia do Enfermeiro.
- 11) Decreto 48.202 de 12/5/50 - institui a Semana da Enfermagem.
- 12) Lei 4.345 de 26/6/64 - institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.
- 13) Decreto 54.015 de 13/7/64 - Baixa normas para a execução do disposto do art. 9º e seus parágrafos da lei 4.345 de 26/6/64.
- 14) Decreto 57.180 de 8/11/65 - Retifica a classificação constante do Decreto nº 54.015 de 13/7/64 na parte referente à série de classes de enfermeiros (Classifica o enfermeiro no nível técnico - níveis 20, 21 e 22).
- 15) Portaria 13/69 de 10/1/69 - Licenciatura em Enfermagem D.O. 20/1/69 pag. 824.
- 16) Código de Ética da ABEn 11(4): 412 - 414 dezembro 1958 aprovado em 28/10/58 11º Congresso brasileiro de Enfermagem de Recife publicado na Revista Brasileira de Enfermagem.
- 17) Parecer 4/6/65 - Retificação de enquadramento nível universitário - Enfermeiro. Aplicação do Parecer 397/64 do C.F.E.
- 18) Portaria 94/62 do ministério do Trabalho coloca os enfermeiros entre os profissionais liberais para fins de enquadramento sindical (Enquadra o Enfermeiro como profissional liberal).
- 19) Decreto nº 58.244 de 20/4/66 - Modifica disposições do decreto 57.744 que regulamentou o regime de tempo integral.
- 20) Lei 2.822 de 14/7/56 - Regula o exercício da profissão do enfermeiro. D.O. 21/9/55.
Decreto nº 50.387 de 28/3/61 - Regulamenta a lei do exercício profissional da enfermagem D.O. 29/3/61.
- 21) Portaria Ministerial 4/12/62 alterado pela Resolução do Conselho Federal de Educação. Documenta 59 pag. 78.
- 22) Parecer 163/72 fixa o currículo e a duração dos cursos de Enfermagem e Obstetrícia. Substituiu os pareceres 291/62 e 303/63 do C.F.E.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM

4.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

- 1) Parecer 171 da C.E.P.M. aprovado em 11/3/66 - Currículo mínimo do curso Técnico de Enfermagem da Escola Nacional de Enfermagem U.F.R.J. (Escola de Enfermagem Ana Neri).
- 2) Artigo 104 da L.D.B. de 20/12/61 - Curso técnico.
- 3) Portaria Ministerial 4/12/62 Documenta 10 pag. 13.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

- 1) Portaria 106 de 28/4/65 estabelece o currículo mínimo do curso de Auxiliar de Enfermagem (Sistema Federal) Documenta 37 pag. 86. Diário Oficial de 12/5/65 pag. 4.509.
- 2) Parecer 170/70 de 10/3/70 - Curso intensivo de aux. de Enfermagem (11 meses).
- 3) Parecer 89 da C.E.P.M. aprovado em 24/7/64 - Regulamenta o curso de aux. de Enfermagem no Sistema Federal de Ensino.
- 4) Decreto lei 299 de 28/2/67 - Reorganiza o grupo ocupacional da lei nº 3.780/60 e eleva os auxiliares de Enfermagem do Serviço Público Federal aos níveis 13, 14 e 15. Desaparece a série de classes de Assistentes de Enfermagem.
- 5) Resolução nº 8/63 Dispõe sobre o curso de auxiliar de enfermagem (Sistema Estadual) aprovado 8/8/63.
- 6) Portaria 75/70 Curso intensivo de auxiliar de enfermagem.
- 7) Resolução nº 14/64 aprovada em 23/10/64 - Fixa as normas para autorização do funcionamento e para o reconhecimento dos estabelecimentos de Ensino Médio (Art. 16 da Lei Diretrizes e Bases).
- 8) Resolução nº 10/64 do Conselho Estadual de Educação - Normas para aprovação de regimento dos estabelecimentos de Ensino Médio.

Parecer 72/65 Documenta 34 pag. 94.

Lei 869 de 5/7/52 modificada pela lei 937 de 18/6/53 que dispõe sobre o estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. Art. 91.

Indicação de 24/7/64 Documenta 29 pag. 70

Parecer 72/65 Documenta 34 pag. 94

Parecer Ministerial 28/4/65 Documenta 37 pag. 86



PRÁTICO DE ENFERMAGEM

Lei 3.640 de 10/10/59 que revigora o Decreto-Lei 8.778 de 22/1/46.
Prazo para o último exame terminou em 1964 RBE n° 5 out. de 1963.
Decreto 31.417 de 9/9/52 D.O. 11/9/52 - Declara de utilidade pública a A.B.E.D; RBE n° 4 Dezembro de 1955.

Decreto 10.552 de 7/7/33 - Criação da Escola de Enfermagem da UFMG (Ex. E.E.C.C.).

Decreto 9.102 de 24/3/42 - Equiparação da Escola de Enfermagem da U.F.M.G. à Ana Neri.

Ver Lei:

2.822 de 14/7/56

Dec. 50.387 de 20/3/61

Portaria n° 183 do M.S. de 13/11/61 - Baixa normas sobre Dec.-lei n° 8.778/46 revigorado pela Lei n° 3.640/59, sobre exames de práticos de enfermagem e parteira prática. RBE n 14(6): 579 e 15(1):50.

OUTROS

Lei n° 5.692 de 11/8/71 - Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.
